

21 de junho de 2012, subdelego na Diretora do Departamento de Saúde e Assistência na Doença da Polícia de Segurança Pública, superintendente, Madalena Maria de Almeida Rodrigues Amaral, com a faculdade de subdelegar, a competência para a prática dos seguintes atos:

- 1.1 — Sancionar as licenças arbitradas pelas juntas de saúde;
 - 1.2 — Emitir, autorizar e aprovar pedidos de autorização de pagamentos (PAP) de despesas no âmbito do SAD/PSP;
 - 1.3 — Justificar ou injustificar faltas dos trabalhadores afetos ao seu Departamento.
- 2 — Ratifico, em conformidade com o disposto no n.º 3 do artigo 137.º do Código do Procedimento Administrativo, todos os atos entretanto praticados pela Diretora do Departamento de Saúde e Assistência na Doença, no âmbito das competências abrangidas por este despacho.

6 de julho de 2012. — O Diretor Nacional-Adjunto, *José Ferreira de Oliveira*, superintendente.

206252677

Despacho n.º 9831/2012

Subdelegação de competências

1 — No uso da faculdade que me foi conferida pelo Despacho n.º 8331/2012, publicado no *Diário da República*, 2.ª série, n.º 119 de 21 de junho de 2012, subdelego no Diretor do Departamento de Recursos Humanos da Polícia de Segurança Pública, licenciado Manuel João Alves, com a faculdade de subdelegar, a competência para a prática dos seguintes atos:

- 1.1 — Homologar as avaliações de serviço do pessoal com funções não policiais da carreira de assistente técnico e assistente operacional;
 - 1.2 — Praticar os atos de execução relativos à operacionalização dos instrumentos de mobilidade interna previstos no estatuto e na lei geral ao pessoal com funções policiais e com funções não policiais, de acordo com as necessidades do serviço e o planeamento previamente definido;
 - 1.3 — Homologar listas de pedidos de colocação por oferecimento para comandos de preferência e autorizar a anulação dos respetivos pedidos;
 - 1.4 — Decidir os requerimentos de fixação de residência a mais de 50 km, apresentados pelos trabalhadores com funções policiais das carreiras de chefe de polícia e de agente de polícia;
 - 1.5 — Justificar ou injustificar faltas dos trabalhadores afetos ao Departamento de Recursos Humanos;
 - 1.6 — Decidir os requerimentos de acumulação de funções privadas, apresentados pelos trabalhadores com funções não policiais e com funções policiais da carreira de chefe e de agente de polícia;
 - 1.7 — Praticar todos os atos relativos à aposentação do pessoal, exceto nos casos de aposentação compulsiva;
 - 1.8 — Promover a execução dos despachos administrativos e judiciais, acórdãos e sentenças em matéria de recursos humanos;
 - 1.9 — Decidir sobre reposição de dinheiros públicos que devam reentrar nos cofres do Estado, em prestações mensais, por dedução ou por guia, nos termos da legislação aplicável.
 - 1.10 — Decidir os requerimentos de alteração do posicionamento remuneratório, apresentados pelos trabalhadores com funções não policiais e com funções policiais da carreira de chefe e de agente de polícia, nos termos da legislação aplicável.
- 2 — Ratifico, em conformidade com o disposto no n.º 3 do artigo 137.º do Código do Procedimento Administrativo, todos os atos entretanto praticados pelo Diretor do Departamento de Recursos Humanos, no âmbito das competências abrangidas por este despacho.

6 de julho de 2012. — O Diretor Nacional-Adjunto, *José Ferreira de Oliveira*, superintendente.

206252636

MINISTÉRIO DA JUSTIÇA

Gabinete da Ministra

Despacho n.º 9832/2012

1 — Ao abrigo do disposto na alínea *d*) do n.º 1 do artigo 3.º, nos n.ºs 1, 2 e 3 do artigo 11.º e do artigo 12.º do Decreto-Lei n.º 11/2012, de 20 de janeiro, designo para exercer as funções de secretária pessoal do meu Gabinete a licenciada Sara Isabel Lampreia Soares, técnica superior do mapa de pessoal da Secretaria-Geral do Ministério da Justiça.

2 — Os encargos com a remuneração da designada são assegurados pela Secretaria-Geral do Ministério da Justiça e pelo orçamento do meu

Gabinete, nos termos dos n.ºs 12 e 13 do artigo 13.º do Decreto-Lei n.º 11/2012, de 20 de janeiro.

3 — Para efeitos do disposto no artigo 12.º do mesmo decreto-lei a nota curricular da designada é publicada em anexo ao presente despacho que produz efeitos desde 1 de janeiro de 2012.

4 — Publique-se no *Diário da República* e promova-se a respetiva publicitação na página eletrónica do Governo.

2 de julho de 2012. — A Ministra da Justiça, *Paula Maria von Hafe Teixeira da Cruz*.

Nota curricular

Nome: Sara Isabel Lampreia Soares
Data de nascimento — 16 de outubro de 1975

Habilitações académicas:

Pós-graduação em Comunicação, Cultura e Tecnologias da Informação, pelo ISCTE-Instituto Universitário de Lisboa (ISCTE-IUL), em 2008.

Licenciatura em Ciências da Comunicação, variante de Comunicação Institucional, pela Universidade Autónoma de Lisboa (UAL), em 2003.

Atividade profissional mais relevante:

De 26 outubro de 2009 até 31 de dezembro de 2011 — colaboração especializada na área da manutenção e atualização de conteúdos da página oficial do Ministério da Justiça, no Gabinete do Ministro da Justiça;

De 1 de julho de 2009 a 25 de outubro de 2011 — funções de secretariado no Gabinete do Ministro da Justiça;

De maio de 2009 a junho de 2009 — funções de apoio ao Gabinete de Imprensa do Ministro da Justiça;

2007-2009 — técnica superior na Secretaria-Geral do Ministério da Justiça;

2004-2007 — assistente administrativa principal na Administração Regional de Saúde de Lisboa e Vale do Tejo, Sub-Região de Saúde de Lisboa;

1995-2004 — assistente administrativa no Centro de Saúde da Parede.

206254572

Despacho n.º 9833/2012

1 — À data da tomada de posse do XIX Governo Constitucional, encontravam-se a exercer funções de apoio técnico-administrativo nos gabinetes dos membros do Governo na área da Justiça, ao abrigo da parte final do artigo 11.º do Decreto-Lei n.º 262/88, de 23 de julho, oito colaboradores cujas situações jurídicas assim estabelecidas foram iniciadas, nos casos mais antigos em 1996 e nos mais recentes em 2005.

2 — Tais situações jurídicas tiveram sempre subjacente uma prestação ininterrupta de serviço, com sucessivas renovações de contrato preexistente ou com sucessão de novos contratos, pelo que tendo em vista a regularização de tais situações, foi enviado ao gabinete do Ministro de Estado e das Finanças um processo com proposta de solução, aguardando-se a pronúncia daquele membro do Governo.

3 — Assim, até à decisão que venha a ser proferida pelo Ministro de Estado e das Finanças no âmbito da proposta apresentada, e a fim de tutelar as legítimas expectativas daqueles colaboradores, designo ao abrigo do disposto no n.º 2 do artigo 3.º, no n.º 8 do artigo 4.º, nos n.ºs 1, 2, 3 do artigo 11.º e no artigo 12.º do Decreto-Lei n.º 11/2012, de 20 de janeiro, para exercer as funções de apoio técnico-administrativo ao meu gabinete, Francisco José de Sousa Cardona, com fundamento na experiência acumulada de mais de 15 anos no exercício de funções de apoio técnico, ao abrigo da parte final do artigo 11.º do Decreto-Lei n.º 262/88, de 23 de julho, em gabinetes ministeriais na área da Justiça, nomeadamente como elemento de ligação com o Centro de Gestão da Rede Informática do Governo.

4 — Para efeitos do disposto no artigo 12.º do mesmo decreto-lei a nota curricular do designado é publicada em anexo ao presente despacho que produz efeitos desde 1 de janeiro de 2012.

5 — Publique-se no *Diário da República* e promova-se a respetiva publicitação na página eletrónica do Governo.

2 de julho de 2012. — A Ministra da Justiça, *Paula Maria von Hafe Teixeira da Cruz*.

Nota curricular

1 — Dados pessoais:

Nome: Francisco José de Sousa Cardona.

Nascido em 5 de junho de 1972, na freguesia de S. Pedro, concelho de Gouveia, distrito da Guarda.

2 — Habilitações académicas

12.º ano, via de ensino, 1.º curso.

Frequência universitária do Curso de Psicologia no Instituto Superior de Psicologia Aplicada.

Frequência universitária do Curso de Direito na Universidade Lusófona de Humanidades e Tecnologias.

3 — Experiência profissional:

Desde 24 de outubro de 1996 e até 31 de dezembro de 2011, contratado ao abrigo da parte final do artigo 11.º do Decreto-Lei n.º 262/88, de 23 de julho, para os gabinetes dos membros do Governo na área da Justiça.

Desde outubro de 1999, desempenha funções de apoio informático, documental, legislativo e de expediente aos gabinetes dos membros do Governo na área da Justiça.

Desde novembro de 1999, desempenha as funções de Elemento de Ligação Operacional entre o ministério da justiça e o CEGER — Centro de Gestão da Rede Informática do Governo

De fevereiro de 2003 a janeiro de 2004, desempenhou funções de apoio informático, documental, legislativo e de expediente junto da Comissão de Estudo e Debate da Reforma do Sistema Prisional.

De outubro de 1996 até outubro de 1999, desempenhou funções técnico-administrativas e de secretariado ao Gabinete de Cooperação com os Países Africanos de Língua Oficial Portuguesa.

4 — Formação complementar:

Diversos módulos de Informática na ótica do utilizador: *Word, Excel, Internet, Outlook*, em 1999.

A construção de perguntas nos inquéritos, em 2000.

Segurança das Matérias Classificadas, em 2003.

Gestão Documental SmartDocs, em 2006.

206254515

Gabinete do Secretário de Estado da Administração Patrimonial e Equipamentos do Ministério da Justiça

Despacho n.º 9834/2012

1 — Ao abrigo do disposto no n.º 2 do artigo 3.º, nos n.ºs 1, 2, 3 do artigo 11.º e do artigo 12.º do Decreto-Lei n.º 11/2012 de 20 de janeiro, designo para exercer as funções de motorista do meu Gabinete, José Luís Mota Peres, assistente operacional do mapa de pessoal da Secretaria-Geral do Ministério da Justiça.

2 — Os encargos com a remuneração do designado são assegurados pela Secretaria-Geral do Ministério da Justiça e pelo orçamento do meu Gabinete, nos termos dos n.ºs 12, 13 e 14 do artigo 13.º do Decreto-Lei n.º 11/2012 de 20 de janeiro.

3 — Para efeitos do disposto no artigo 12.º do mesmo decreto-lei a nota curricular do designado é publicada em anexo ao presente despacho que produz efeitos desde 1 de janeiro de 2012.

4 — Publique-se no *Diário da República* e promova-se a respetiva publicitação na página eletrónica do Governo.

23 de fevereiro de 2012. — O Secretário de Estado da Administração Patrimonial e Equipamentos do Ministério da Justiça, *Fernando Ferreira Santo*.

Nota curricular

Dados pessoais:

Nome: José Luís Mota Peres.

Nacionalidade: Portuguesa.

Data de nascimento: 16 de setembro de 1971.

Habilitações académicas: 9.º Ano de Escolaridade.

Categoria Profissional: Assistente Operacional.

Formação profissional: Relações com o Público; Excel em Windows; Processamento de Texto do Word; Administração Pública — Direito e Deveres do funcionário; Curso de Condução Ativa e Defensiva; Curso de Segurança e Defesa Pessoal; Curso de Arvorado e Encarregado de Construções.

Experiência profissional:

Desde julho de 2011, exerce funções de motorista pessoal do Secretário de Estado da Administração Patrimonial e Equipamentos do Ministério da Justiça;

De 30 de novembro de 2010 a julho de 2011, exerceu funções de motorista da Secretaria-Geral do Ministério da Justiça;

De novembro de 2009 a novembro de 2010, exerceu o cargo de motorista pessoal do Secretário de Estado da Justiça;

De março de 2007 a novembro de 2009, exerceu funções de motorista da Secretária-Geral do Ministério da Justiça;

De setembro de 2004 a março de 2007, exerceu funções de motorista do Inspetor-Geral do Ministério da Justiça;

De maio de 1994 a setembro de 2004, exerceu funções de motorista do Secretário-Geral do Ministério da Defesa Nacional;

De janeiro de 1993 a maio de 1994, exerceu funções de encarregado, no setor privado;

De março de 1991 a janeiro de 1993, exerceu funções de motorista do Almirante General das Forças Armadas.

206254661

Despacho n.º 9835/2012

1 — Tendo presente a entrada em vigor do Decreto-Lei n.º 11/2012, de 20 de janeiro, diploma que estabelece a natureza, a composição, a orgânica e o regime jurídico a que estão sujeitos os gabinetes dos membros do Governo, e a necessidade de conformar as designações para gabinete ministerial ocorridas após 1 de janeiro de 2012 ao diploma ora vigente, revogo o despacho n.º 800/2012, publicado no *Diário da República*, 2.ª série, n.º 15, de 20 de janeiro de 2012.

2 — Ao abrigo do disposto na alínea *d*) do n.º 1 do artigo 3.º, nos n.ºs 1, 2 e 3 do artigo 11.º e no artigo 12.º do Decreto-Lei n.º 11/2012, de 20 de janeiro, designo para exercer as funções de secretária pessoal do meu Gabinete a licenciada Cláudia Maria Barreiro Sanches, técnica superior do mapa de pessoal do Instituto da Segurança Social, I. P.

3 — Para efeitos do disposto no artigo 12.º do mesmo decreto-lei a nota curricular da designada é publicada em anexo ao presente despacho, que produz efeitos desde 1 de janeiro de 2012.

4 — Publique-se no *Diário da República* e promova-se a respetiva publicitação na página eletrónica do Governo.

23 de fevereiro de 2012. — O Secretário de Estado da Administração Patrimonial e Equipamentos do Ministério da Justiça, *Fernando Ferreira Santo*.

Nota curricular

I — Identificação:

Nome: Cláudia Maria Barreiro Sanches;

Data de nascimento: 3 de fevereiro de 1972;

Nacionalidade: portuguesa.

II — Habilitações literárias:

Licenciatura em Direito pela Universidade Autónoma de Lisboa (concluída em 2008);

Licenciatura em Línguas e Literaturas Modernas — variante de Português/Francês, pela Faculdade de Letras da Universidade do Porto (concluída em 1998).

III — Formação profissional:

Entrevista de Avaliação de Competência — INA (2011);

Ação de formação na vertente de utilizador da Aplicação de Gestão Documental EDOCLINK — Link Consulting (2010);

Elaboração de textos profissionais e comunicação na Administração Pública — INA (2009);

Curso de Coaching, Liderança, Motivação e Gestão de Equipas — Direção-Geral de Segurança Social (2008);

Curso de Gestão Documental — ministrado pela Torre do Tombo, no âmbito da elaboração do projeto de Regulamento de Conservação Arquivística do Instituto da Segurança Social, I. P. (2006);

Ação de formação no âmbito da aplicação de Gestão Documental Smartdocs, da Fujitsu; (2004).

IV — Experiência profissional:

De 15 de fevereiro de 2009 a 30 de dezembro de 2011, exerceu funções no Instituto de Gestão Financeira e Infraestruturas da Justiça, I. P., nomeada como secretária do conselho diretivo;

De janeiro de 2004 a fevereiro de 2009, desempenhou funções de técnica superior no apoio direto ao conselho diretivo do Instituto da Segurança Social, I. P.

De novembro de 2002 a dezembro de 2003, exerceu funções de apoio técnico-administrativo à assessoria especializada do conselho diretivo do Instituto da Segurança Social, I. P.

De janeiro de 2001 a outubro de 2002, desempenhou funções de secretária de apoio ao conselho diretivo do Instituto da Segurança Social, I. P.